



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, RJ, 20 DE NOVEMBRO DE 2002

Senhora Governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva; Cardeal Dom Eugênio Salles, nosso sempre Cardeal do Rio; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Doutor César Maia, Prefeito Municipal; Professor Jaime Antunes, nosso Diretor; General Rubens Bayma Denys, que presidiu essa Associação e conseguiu essa proeza; Senhores participantes do II Seminário Internacional de Arquivos da Tradição Ibérica; Senhoras e Senhores,

Também quero estender meus cumprimentos, para iniciar, àqueles que lutaram para que essa modificação tão significativa para nós todos e para o Rio de Janeiro pudesse ter ocorrido de forma correta, rápida e com forte mobilização de apoio.

Em primeiro lugar, já aqui foi citado, mas é de justiça repetir: a ação do Ministro Pedro Parente foi, realmente, o grande dínamo que permitiu que se mobilizassem os recursos e, mais que os recursos materiais — que, já disse, são importantes e difíceis de mobilizar —, os recursos humanos, para fazer com que, realmente, uma obra dessa envergadura despertasse a sensibilidade do Governo e, com isso, nós pudéssemos acelerar essas transformações.

Mas, nada disso teria sido feito se não houvesse o Professor Doutor Jaime Antunes, aqui, como Diretor, que deu cabida a que nós pudéssemos ter feito essa transformação.

Não quero ser excessivo no tempo, mas o General Bayma Denys, que também chefiou essa Comissão, merece todo o nosso apoio. E, ao citar o General, eu, na verdade, me refiro a todos aqueles que pertencem à Associação. E, certamente, quando falei sobre o Diretor desta Casa, me referi, também, implicitamente, a todos os funcionários e a todos aqueles que aqui trabalham e sabem da importância desta Casa.

Seria também injusto se eu não fizesse uma referência, embora não precise nominá-lo outra vez, às instituições patrocinadoras. É de notar que, com algum apoio da iniciativa privada, as grandes instituições patrocinadoras são de empresas estatais, as quais têm cumprido um papel muito importante, e deverão continuar a cumpri-lo, no sentido da preservação do nosso patrimônio e de incentivo ao desenvolvimento cultural.

E isso tudo é possível, hoje, por causa do Ministério da Cultura. O Ministro Weffort teve um papel, mas, certamente, a existência da Lei Rouanet é fundamental, porque permite que haja um mecenato e permite, portanto, que haja uma interação entre a sociedade civil, as organizações não-governamentais como esta que, aqui, patrocina essa construção, e o Governo.

Acho que com a restauração da antiga Casa da Moeda, que está, agora, abrigando o Arquivo Nacional, ganhou o Rio, mas também ganhou o Brasil. O Rio está sendo aquinhado com um espaço que tem amplas potencialidades e que se localiza, aqui, nesse chamado “quadri-látero cultural do Centro”, se o Prefeito me permite e não me corrige.

Porque nós temos, aqui perto, a Cinelândia, o Paço Imperial – já estão revitalizados – e, do outro lado, a Lapa, que está sendo restaurada pela iniciativa privada. Mais adiante, um pouquinho, está lá a Praça Mauá, que vai ter, em breve, o Museu Guggenheim, que será outro marco aqui, no Rio de Janeiro, e a região da Candelária, onde já estão os Centros Culturais do Banco do Brasil, da Casa Brasil-França, da Empresa dos Correios e Telégrafos e assim por diante.

De alguma forma, nós estamos, portanto, arrematando esse quadrilátero cultural. E, agora, com a restauração deste patrimônio neoclássico que foi, na verdade, construído por ordem de Dom Pedro II, nós estamos, na verdade, fazendo uma espécie de evocação histórica, política e administrativa do Brasil.

Eu acho que não há nada mais apropriado para guardar a memória nacional do que este Arquivo.

Quero dizer que li, recentemente, uma declaração do Doutor Jaime Antunes, dizendo que com esta restauração deste complexo o Rio passa a guardar 70% da memória nacional. Porque aqui também estão a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu do Exército, o Museu do Itamaraty e assim por diante.

De modo que isso, se me perdoem, eu sou carioca e paulista, mas, se me perdoem os paulistas, hoje eu me sinto carioca, eu estou no Rio, porque me dá uma grande satisfação ver esta realização, esta revitalização do centro desta cidade tão bela, de tão grandes memórias sobre o que foi o nosso passado e o que é o nosso presente.

Acho, realmente, que o que está acontecendo no Rio é meritório. Nós todos sabemos, acabamos de ouvir a dificuldade que há e o custo da reconstrução deste patrimônio. Mas ainda hoje, chegando aqui perto, voltando a Praça da República, vendo os prédios antigos que há por aí e na direção da Lapa, vê-se que é uma questão de mais tempo e menos tempo, ou de mais dinheiro e menos dinheiro, e nós teremos, realmente, esse Rio de Janeiro, outra vez, Dom Eugênio, com a força extraordinária que ele é, de pólo cultural, concretizado sob a forma dos monumentos que aqui existem e que estão sendo cada vez mais preservados.

Acho que é fundamental esta preservação do nosso patrimônio físico e do patrimônio cultural e histórico, que está embutido nos papéis e documentos deste Arquivo.

Tenho uma sensibilidade muito especial por essas questões de arquivo. Há 50 anos – é desagradável dizer isso –, mas, há 50 anos, eu trabalhava num arquivo e tentei mesmo aprender a leitura de documentos do século XVII. Eu era assistente de História Econômica da Universidade de São Paulo. Nessa altura, há mais de 50 anos, 51 anos, o Arquivo

estava no que veio a ser depois o prédio do Dops, o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, onde estive mais tarde, não propriamente como arquivista. Esse prédio, hoje, é outro monumento, em São Paulo.

(Interlocutor não identificado): Esteve “arquivado” lá.

Presidente: “Arquivado”. Um pouquinho, muito pouquinho. Mas aquele prédio, hoje, de novo, foi restaurado, lá em São Paulo. E, naquela época, as dificuldades para trabalhar em arquivo eram muito grandes.

Lembro-me também, um pouquinho depois disso, de que andei trabalhando em arquivos, lá para o lado das estações ferroviárias de São Paulo, do lado de um bairro chamado Lapa. E, aí, eu tinha que ir com uma máscara, porque havia tanto rato e tanta poeira que a gente tinha medo de manusear os documentos.

Ainda em outra oportunidade, um pouco depois, fazendo minha tese de doutoramento, lá no Rio Grande do Sul, eu andava nos arquivos das cidades de Pelotas e de Rio Grande. E nunca deixo de recordar isso aos mais jovens. Agora, quando o Pedro Parente falou de tantas maravilhas da Internet, etc., que, naquela ocasião, nós fotografávamos os documentos, com máquinas fotográficas, porque não havia outro meio para que se pudesse realmente levar depois a documentação para São Paulo.

De modo que, quando vejo essa remodelação e o que está por trás dela, a força que isso representa para os estudos históricos no Brasil, fico realmente, até pessoalmente, reconfortado e sentindo o quanto o Brasil tem avançado, embora ainda falte muito por avançar nessa matéria.

Acho que, agora, essa instituição habilita o Poder Público a seguir a diretriz constitucional de proteger os documentos de arquivo. E o Ministro Pedro Parente se referiu a isso de uma maneira bastante adequada, não preciso repetir.

De modo que me parece que foi de bom senso e acertada a decisão que tomamos, no ano 2000, de passar para o âmbito da Casa Civil da Presidência da República o Arquivo Nacional e a Imprensa Nacional, porque só assim foi possível dar esse impulso à transformação dessas

instituições, porque a força do Governo fica mais concentrada no Palácio do Planalto e é mais fácil, a partir daí, viabilizar as questões.

Acho que esse esforço foi muito importante. E, hoje, podemos dizer que os serviços do Arquivo e os órgãos da Administração Federal têm tido uma atenção maior e são capazes de prestar serviços com mais eficiência e são, portanto, mais úteis à cidadania, como já foi referido aqui.

Essa divulgação que se faz é muito importante para o interesse público. Acho que não podemos pensar que o cultivo da memória seja uma atitude meramente passadista. Na verdade, a valorização da memória é uma condição fundamental para que se possa planejar o futuro de uma maneira fundamentada e consistente, porque o futuro não pode significar simplesmente a posta à margem de todo um processo de construção e de todo um processo de valores que são mantidos através da memória e que devem ser mantidos.

Acho que nós, no Brasil, sempre tivemos, no passado – e ainda temos um pouquinho –, o hábito de reinventar a roda. Cada nova administração de cada órgão, de cada instituição, quer mudar tudo e desperdiça, muitas vezes, os recursos alcançados. Acho que, agora, estamos atingindo um patamar em que já não faz mais sentido atuar dessa maneira, de modo que haverá sempre mais continuidade na preservação daquilo que conta. Acho que a própria dinâmica política do País está mostrando que não existe propriamente possibilidade de uma mudança que não seja também uma espécie de processo. Não se trata, propriamente, de momentos redentores. Não existem momentos redentores no mundo de hoje, existe é a consciência de um processo, a consciência de que é preciso uma construção a partir do que existe, criticando, modificando, mas não pode ser permanentemente refazendo e, como disse há pouco, reinventando a roda.

Eu acho que, na verdade, a linguagem da democracia é essa. Isso é uma linguagem que permite uma utopia, nos nossos dias. A nossa utopia não é de tudo quebrar, a nossa utopia é de preservar o que é bom, modificar o que é ruim e dar continuidade a processos, a um outro tipo de abordagem do que seja a gestão pública.

Acho que já se foi a época – e, talvez, até, infelizmente, porque é sempre melhor ter uma visão mais romântica das coisas – em que se imaginava que, de súbito, fosse possível produzir o homem novo, a sociedade nova, a mudança através de uma ruptura radical.

Hoje, é difícil que se possa manter essa mesma atitude. Mas isso não deve deixar de mostrar, ao mesmo tempo, que é preciso continuar modificando. E, para modificar bem, é preciso saber o que foi feito. Por isso, a memória. Por isso, é tão importante que haja instituições como estas que aqui estão e que permitem que exista uma continuidade nesse processo.

Acho que atingimos um grau de maturidade no nosso país. E essa convergência, que é crescente, no nosso país, entre não só as instituições governamentais, mas também as não-governamentais, permite que, efetivamente, nós avancemos, crescentemente, numa direção mais consistente.

Não teria sido fácil fazer o que foi feito – e não foi fácil –, mas teria sido impossível se não houvesse espírito de convergência, esse espírito de busca de uma continuidade no trabalho e de respeito ao trabalho que já tinha sido feito a partir de outras sementes.

De modo que nós temos muitas razões para estarmos hoje, aqui, felizes de ver esse nosso Rio de Janeiro crescentemente fulgurando, não apenas pelas razões tão óbvias, da sua beleza e dos seus monumentos arquitetônicos, mas também pelo espírito de sua gente, que é capaz de guardar, com zelo, a memória histórica do nosso país. E de, ao guardar essa memória, seguir o que acabei de dizer, no caminho de mudar, também, mas mudar para melhor.

Quero dar os meus parabéns a todos os que aqui estiveram. Meus agradecimentos sinceros ao imenso esforço que foi feito. E reafirmar a certeza de que esse Arquivo, que guarda documentação importante, de todos os governos que me antecederam – e já, já, guardará, também, do meu governo – há de ser uma fonte permanente de renovação dos espíritos que vierem aqui para buscar inspiração ou, ao fazer a revisão do passado, buscar, também, ensinamentos para o futuro, que seja um futuro que mantenha os valores fundamentais de formar este grande país.

E esses valores fundamentais, como estamos acabando de visualizar aqui, são valores de transformação. Isso eu disse, recentemente, ontem mesmo, em São Paulo – o Ministro Pedro Parente estava lá: que, há alguns anos, escrevi um trabalho sobre o pensamento latino-americano na área econômica e que, depois de ter lido muitos economistas latino-americanos e economistas internacionais, dei ao meu artigo o título de “A originalidade da cópia”.

Pois bem, isso aqui é uma cópia. Esse monumento histórico é neoclássico. Nós nunca tivemos neoclassicismo no Brasil. Mas, certamente, ele também é original, porque, ao se reproduzir, aqui no trópico, o neoclassicismo europeu, se põe palmeira. De repente, se faz de uma maneira tal que as cores parecem ser coloniais. Então, nós reinventamos o neoclássico.

Não sei se Dom Pedro II, certamente, já tinha uma noção de que isso seria assim. Não se trata, simplesmente, de transplantar alguma coisa para cá. Ao se transplantar, quando se transplanta com talento, com criatividade, se cria, também.

E, certamente, os que modificaram esse projeto neoclássico, por mais que se tenham empenhado em reconstruí-lo tal como ele era, inventaram alguma coisa.

Ouvi várias referências ao arquiteto Brito, que trabalhou aqui. Certamente, esse prédio é do seu autor original, é neoclássico, mas tem algo de barroco, tem muito de tropical e, certamente, tem do novo arquiteto, todos eles inspirados pelo processo de vida que está em volta, e esse processo de vida são vocês todos aqui, presentes.

De modo que acredito que isso só já diz o significado de uma obra cultural dessa natureza, que é uma obra de continuidade, mas é, também, de criatividade e de transformação.

Parabéns a todos e muito obrigado.